

FRANCISCO DIRCEU BARROS

Procurador-Geral de Justiça

Manual de
**PRÁTICA
ELEITORAL**

5ª EDIÇÃO



JHMIZUNO
EDITORA DISTRIBUIDORA

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

Aspectos Práticos Gerais das Reclamações e Representações Eleitorais 33

1 Casos de reclamações e representações eleitorais.....	33
1.1 Representação com normas eleitorais de eficácia postergada.....	49
1.1.1 A impossibilidade jurídica do uso da analogia para dar eficácia às normas eleitorais de eficácia postergada.....	51
1.1.2 A impossibilidade jurídica do uso de uma representação propriamente dita nas normas de eficácia postergada	52
1.1.3 O pedido de providência cumulado com tutela inibitória.....	52
1.1.4 Legitimidade para executar astreintes imposta pelo descumprimento de ordem judicial.....	55
2 Observações práticas sobre as representações eleitorais.....	55
2.1 Rito das representações eleitorais.....	55
2.2 Legitimidade para propor as representações eleitorais	55
2.3 Competência para julgar as representações eleitorais	56
2.3.1 O foro por prerrogativa de função nas representações eleitorais.....	56
2.4 Valor da causa nas representações eleitorais.....	56
2.5 Quando não será possível o uso das representações	57
2.6 A ausência de dilação probatória	57
2.7 Capacidade postulatória.....	58
2.8 A revelia e as representações	58
2.9 A reconvenção, a réplica e as representações.....	58
2.10 A representação e a litigância de má-fé	58
2.11 Análise da possibilidade da desistência de representação	59
2.12 Análise da possibilidade de ajuste de termo de ajustamento de conduta.....	59

CAPÍTULO 2

Princípios estruturantes típicos do processo eleitoral democrático..... 61

1 Princípios estruturantes típicos do processo eleitoral democrático.....	61
1.1 O princípio dos elementos valorativos do mundo das eleições	61

2	Princípio da normalidade eleitoral (<i>artigo 14, § 9º da CF</i>).....	67
3	Princípio da legitimidade do pleito eleitoral (<i>artigo 14, § 9º da CF</i>).....	68
4	Princípio da paridade das armas ou <i>pars conditio</i> (<i>artigo 5º c.c. artigo 14 da CF</i>).....	68
5	Princípio da moralidade para o exercício do mandato (<i>artigo 14, § 9º da CF</i>).....	69
6	Princípio da proibição da tutela eleitoral deficiente	71
7	Princípio da razoabilidade lógica suficiente.....	73
8	Princípio da anualidade eleitoral	74
9	Aplicação Subsidiária do Código de Processo Civil e Código de Processo Penal.....	75
10	O princípio <i>in dubio jus honorum</i>	76
11	Princípio da <i>emendatio libelli</i> civil eleitoral	78
12	Princípio da supra celeridade dos feitos eleitorais	80
12.1	Celeridade X combate a fake news.....	83
13	Princípio da gravidade das circunstâncias que caracterizam o ato abusivo.	83
13.1	Critérios objetivos para aferição da gravidade das circunstâncias do ilícito	83
13.2	Eventuais implicações no resultado pleito	86
14	Princípio do quórum integral	87
15	Princípio da necessidade de novas eleições, independentemente do número de votos anulados.....	87
16	Princípio da ausência da perquirição de aspectos psicológicos do autor	88

CAPÍTULO 3

Aspectos Práticos que Devem ser Observados para a Maioria das Ações Eleitorais..... 91

1	Condições das ações cíveis eleitorais.....	91
2	Condições da ação cíveis eleitorais segundo a teoria da asserção.....	91
3	Litisconsórcio passivo necessário	92
4	Legitimidade para ações eleitorais.	93
4.1	Análise da possibilidade do ajuizamento pela coligação de uma ação eleitoral sem a anuência de um dos partidos integrantes da composição	94
4.1.1	Análise da possibilidade do ajuizamento pela coligação de uma ação eleitoral após a diplomação.....	95
5	Honorários advocatícios, custas na Justiça Eleitoral, valor da causa e sanção por litigância de má-fé.	96
6	O arrolamento de testemunhas quando o rito é o do artigo 22, V, da Lei Complementar nº 64/90	98
6.1	Situação prática: Ministério Público como custos legis	99
7	Como calcular a multa imposta nas ações eleitorais	100

8 As especificidades dos atos processuais eleitorais	100
8.1 Como fazer a contagem dos prazos eleitorais	100
8.2 A contagem dos prazos em dias e prazos em horas.....	102
8.3 As intimações e notificações	103
8.4 Ministério Público e a intimação pessoal	106
8.5 Exceção: a intimação do Ministério Público Eleitoral em sede de AIRC.....	107
8.6 Uma regra não aplicável ao Ministério Público Eleitoral	109
8.7 Prazo em dobro para Ministério Público, da Advocacia Pública, da Defensoria Pública e de litisconsortes com diferentes procuradores de distintos escritórios.....	109
8.8 A busca e apreensão para devolução dos autos.....	110
8.9 A suspensão dos prazos processuais no recesso forense.....	111
8.10 Regra geral para os prazos recursais	111
8.11 Da ordem dos processos no tribunal	111
8.12 Diretrizes gerais para o sistema recursal	112
8.13 A intimação via WhatsApp.....	112

CAPÍTULO 4

0 sistema de valoração das provas no direito eleitoral - “A prova testemunhal singular, a interceptação ambiental, escuta ambiental, gravação ambiental no direito eleitoral”

1 A prova testemunhal no direito eleitoral.....	115
2 Sistema de valoração tarifado <i>versus</i> a persuasão racional do magistrado eleitoral.....	118
3 A captação ambiental, a gravação ambiental e a interceptação ambiental no direito eleitoral	120
3.1 Divisão da captação ambiental	121
4 A necessidade de autorização judicial para captação ambiental	121
5 Gravação ambiental	122
5.1 Posição atual do TSE no tema gravação ambiental	122
5.2 Das espécies de gravação ambiental	123
5.3 A licitude da gravação ambiental privada ou pública com repercussão geral foi reconhecida pelo STF	125
6 A captação ambiental ou gravação ambiental em defesa de uma liberdade pública.....	126
7 Restrições à prova ambiental feita por um dos interlocutores no direito eleitoral	128
8 As provas eleitorais ilícitas derivadas e a teoria dos “frutos da árvore envenenada” (<i>the fruit of the poisonous tree</i>).....	130
9 Limitações à teoria dos “frutos da árvore envenenada” (<i>the fruit of the poisonous tree</i>)	131
10 A prova emprestada no direito eleitoral	135

10.1 Prova emprestada e a não exigência das partes uniformes	136
10.2 Prova emprestada e exigência de contraditório	137
10.3 Prova emprestada e celeridade processual	137
10.4 O valor da prova emprestada no direito eleitoral	137

CAPÍTULO 5

Teoria e Prática da Propaganda Eleitoral 139

1 ARPI – Ação de Reclamação por Propaganda Irregular	139
1.1 O poder de polícia no Direito Eleitoral.....	139
1.1.1 Conceito de poder de polícia no Direito Eleitoral	140
1.1.2 Das espécies de poder de polícia:	141
1.1.3 A fundamentação legal do poder de polícia imediato do juiz eleitoral	141
1.1.3.1 Crime oriundo do exercício irregular do poder de polícia	142
1.1.4 O poder de polícia sobre a propaganda eleitoral na internet.....	143
1.1.5 A fundamentação legal do poder de polícia mediato do Ministério Público Eleitoral	143
1.1.6 A fundamentação do poder de polícia mediato exercido pelos partidos, coligações ou candidatos	144
1.1.7 Da Desinformação na Propaganda Eleitoral.....	145
1.1.7.1 NIP (Notícia de irregularidade na Propaganda Eleitoral) Atividades práticas que o juiz deve desenvolver no exercício do poder de polícia imediato no ensejo de combater a propaganda eleitoral	147
1.1.7.2 Outras atividades do juiz eleitoral no exercício do poder de polícia imediato	148
1.1.8 Vedação da atividade <i>ex officio</i> do juiz com a finalidade de combater a propaganda irregular.....	148
1.1.9 Vedações ao excesso no uso do poder de polícia.....	149
1.2 Para que serve a ARPI	151
1.2.1 O poder de polícia e o princípio da liberdade de expressão.....	151
1.3 Os motivos que ensejam a ARPI	151
1.3.1 Espécie n. 1: propaganda eleitoral.....	151
1.3.2 Espécie n. 2: propaganda intrapartidária	152
1.3.3 Espécie n. 3: propaganda partidária	156
1.3.4 Espécie n. 4: propaganda institucional	156
1.3.5 Outras hipóteses de irregularidades na propaganda	158
1.3.5.1 A propaganda eleitoral nas sedes e dependências dos partidos e nos comitês de campanha	165
1.3.5.2 As mensagens eletrônicas e as mensagens instantâneas enviadas por candidato, partido político ou coligação	166

1.4	Previsão legal da ARPI.....	166
1.5	Legitimidade ativa da ARPI	166
1.6	Legitimidade passiva da ARPI	173
1.6.1	Princípio da proibição da pré-candidatura	174
1.6.2	Teoria da mera conduta	175
1.7	Prazo para interposição da representação eleitoral.....	177
1.7.1	Prazo inicial.....	177
1.7.2	Prazo final.....	179
1.8	Competência para julgar a ARPI.....	181
1.8.1	A comprovação do cumprimento das determinações da Justiça Eleitoral relacionadas à propaganda.....	182
1.8.2	A competência para conhecer e julgar a representação para retirada de propaganda eleitoral depois das eleições.....	183
1.9	Efeito da procedência da ARPI	184
1.9.1	Outras consequências da propaganda irregular.....	185
1.9.1.1	Possibilidade de cumulação de sanções	189
1.9.2	O efeito da retirada da propaganda	191
1.9.2.1	Efeito da retirada da propaganda irregular nos bens privados.....	191
1.9.2.2	Efeito da retirada da propaganda irregular em bens públicos (<i>de uso comum</i>):	194
1.9.2.3	Efeito da retirada da propaganda por meio de outdoor em bens privados ou em bens públicos (ou <i>de uso comum</i>).....	195
1.9.2.4	Efeito da retirada da propaganda em caso de concessão de liminar	196
1.9.2.5	Responsabilidade pela comprovação da retirada	200
1.9.3	A execução da multa eleitoral	200
1.10	Procedimento da ARPI	203
1.10.1	Petição inicial	204
1.10.1.1	Como são fixados os prazos na ARPI:	207
1.10.2	Capacidade postulatória	210
1.10.3	A ausência de dilação probatória.....	211
1.10.4	Depoimento pessoal do representado	212
1.10.5	Quando o juiz indefere a representação sem julgamento do mérito.....	213
1.10.5.1	A falta do pedido	214
1.10.5.2	O pedido e a litispendência	214
1.10.5.3	Concessão de pedido liminar.....	214
1.10.5.4	O pedido cumulativo	215
1.10.5.5	Recurso do indeferimento da inicial.....	216

1.10.6 Da improcedência liminar do pedido.....	216
1.10.7 Atividade que o juiz eleitoral deve fazer ao receber a representação.....	216
1.10.8 A defesa do réu	218
1.10.9 A intervenção do Ministério Público Eleitoral	219
1.10.10 Transcorrido o prazo de 1 (um) dia para o Ministério Público Eleitoral ofertar o parecer.....	220
1.10.11 Memoriais finais	221
1.10.12 Do julgamento da ARPI.....	221
1.10.13 A publicação dos atos judiciais.....	221
1.10.14 A revelia e a ARPI	221
1.10.15 Reconvenção, réplica e a ARPI	221
1.10.16 Litisconsórcio e a ARPI	221
1.10.17 Desistência da ARPI	223
1.10.18 Da tutela inibitória eleitoral	224
1.10.19 Dos recursos para o Tribunal Regional Eleitoral	225
1.10.19.1 Recurso contra sentença proferida por Juiz Eleitoral em sede de ARPI ..	225
1.10.19.2 As atividades do Relator do TRE	225
1.10.19.3 Recurso contra decisões proferidas por Juiz Auxiliar do TRE em sede de ARPI	226
1.10.20 Dos recursos para o TSE.....	228
1.10.21 Efeitos dos recursos em sede de ARPI.....	230
1.10.21.1 Ministério Público Eleitoral, os litisconsortes com diferentes advogados, o defensor público e o prazo em dobro para recorrer	230
1.10.21.2 Ministério Público Eleitoral e a intimação pessoal para recorrer	230
1.10.21.3 A defensoria pública e a intimação pessoal para recorrer	231
1.10.22 Observações muito importantes	231
1.10.22.1 O que acarreta a não observância dos prazos supracitados.....	232
1.10.23 A priorização dos feitos eleitorais.....	233
1.10.24 Da reclamação	234
1.11 A representação e a litigância de má-fé	235
1.11.1 Como calcular o valor da litigância de má-fé	235
1.12 Honorários advocatícios em sede de ARPI	236
1.13 O ônus da prova da propaganda irregular	236
1.14 Um macete de ordem prática	237
1.14.1 A fundamentação do prévio conhecimento e do prazo de 48 horas	241
1.15 Princípio da responsabilidade solidária na propaganda eleitoral	243

1.16 Nova posição do TSE vai elidir a farra das propagandas irregulares e o abuso do poder econômico na propaganda eleitoral	244
1.16.1 Formas de propagandas antecipadas que podem configurar abuso de poder....	256
1.16.2 Formas de propagandas antecipadas que podem configurar abuso de poder....	258
1.16.3 Observações finais.....	259
1.16.4. PARÂMETROS PARA IDENTIFICAR UMA PROPAGANDA ELEITORAL ANTECIPADA ILÍCITA	259
1.17 A problemática dos adesivos transmutados de propaganda partidária.....	266
1.18 Propaganda de apoplexia	268
1.18.1 Disposições penais relativas à propaganda eleitoral (Artigos 87 <i>usque</i> 106 da Resolução do TSE nº 23.610/2019 – editada para as eleições de 2020:	269
1.19 Anexo IV – Tabela de prazos processuais	273
1.20 Resumo didático do rito das representações eleitorais.....	273

CAPÍTULO 6

Prática das convenções partidárias presenciais e virtuais 279

1 Conceito:	279
2 Previsão legal	280
3 Finalidade	280
4 Prazo:	281
5 Direito líquido e certo.....	281
6 Quantidade	281
6.1 Vedações e permissões nas prévias e nas convenções partidárias:	282
6.2 Orientações práticas sobre as convenções partidárias.....	285
6.3 Principais regras práticas das convenções presenciais e virtuais	285
6.4 Ao receber o pedido de registro, o juiz deve observar se este contém:.....	294
6.5 Das convenções virtuais: (Nos termos das Consultas TSE/2020 nº 0600413-57, 0600460-31 e 0600479-37).....	300
6.6 A reserva do registro de atos de natureza interna <i>corporis</i> do partido político	301
6.7 O registro dos atos nas convenções partidárias presenciais	302
6.8 Outras observações práticas sobre o registro da candidatura.....	302

CAPÍTULO 7

A causa de registrabilidade geral e compulsória: uma forma eficaz para combater o machismo político eleitoral 307

1 Fundamentos legais	308
2 As consequências legais do não atendimento da condição de registrabilidade geral e compulsória.....	310

3 Como burlar a exigência legal	312
4.1 O chamamento do DRAP à ordem.....	316
5 As mulheres e o mundo da política	318

CAPÍTULO 8

A causa de registrabilidade geral e compulsória: como deve ser realizado o cálculo de candidaturas de sexo.....	321
--	------------

CAPÍTULO 9

A quitação eleitoral e a condição de elegibilidade	327
1 A desaprovação de contas e a ausência de quitação	327
1.1 As Resoluções do TSE.....	328
1.2 O confronto da Resolução com a Lei.....	328
2 Ausência de apresentação de contas de campanha e duração da falta de quitação eleitoral.....	332
3 A sanção de multa sem trânsito em julgado e obtenção de quitação eleitoral	332
4 O parcelamento da pena de multa e a obtenção de quitação eleitoral	333
5 O pagamento da pena de multa após o prazo do registro de candidatura	333
6 O pagamento da pena de multa e a prescrição	334

CAPÍTULO 10

Teoria e Prática da AIRC – Ação de Impugnação de Registro de Candidatura.....	335
1 O objetivo da AIRC	335
2 As causas de pedir que ensejam a AIRC	336
2.1 O momento oportuno para verificação das condições de elegibilidade e das causas de inelegibilidade.	357
3 Previsão legal da AIRC.....	358
4 Legitimidade ativa da AIRC	358
4.1 A notícia de inelegibilidade.....	359
4.2 Prazo e procedimento da notícia de inelegibilidade.....	359
4.3 A inaplicabilidade da Súmula nº 11 do TSE ao Ministério Público Eleitoral	360
4.4 Possibilidade da arguição de uma inelegibilidade <i>ex officio</i>	361
4.5 Análise da capacidade postulatória.....	361
4.6 Vedação para o partido ou a coligação apresentarem impugnação aos seus próprios filiados	362
4.7 Vedação para o partido político integrante de coligação impugnar isoladamente registro de candidatura	362

4.8 Quando é permitido ao partido ou coligação, que não impugnou o registro, recorrer da decisão que o defere.....	363
4.9 Quando o Ministério Público Eleitoral não pode impugnar	363
4.10 A teoria da impugnação adstrita à circunscrição	364
4.10.1 Teoria da impugnação adstrita ao que se pleiteia.....	365
4.11 Quando será possível um partido coligado atuar de forma isolada	366
4.12 Requisito básico para a coligação propor qualquer ação eleitoral	367
5 Legitimidade passiva da AIRC.....	367
6 Prazo para interposição da AIRC	367
6.1 Vista pessoal para o Ministério Público eleitoral	368
7 Competência para julgar AIRC	369
8 Efeito da procedência da AIRC	369
8.1 A teoria da conta e do risco	371
8.2 A teoria da conta e do risco <i>versus</i> a antecipação da tutela	372
8.3 A AIRC e as sanções diferentes do pedido	373
8.4 AIRC e a exigência de provas <i>inconcussas</i>	373
9 Do litisconsórcio ativo e passivo.....	373
9.1 Litisconsórcio passivo	373
10 Atividades práticas do juiz ao receber o pedido de registro	376
10.1 O que deve conter o pedido de registro	377
11 Teoria das inelegibilidades extemporâneas	379
12 Teoria do provimento jurisdicional eficaz e a inelegibilidade decorrente da rejeição das contas de gestão	381
12.1 O provimento jurisdicional eficaz.....	382
12.2 A nova posição do TSE	383
12.3 Órgão competente para julgar as contas	384
12.4 A posição do STF	385
12.5 Contas relativas a convênio federal e contas quanto à gestão de recursos estaduais transferidos aos municípios mediante convênio, acordo	386
12.6 O efeito diferente do julgamento da conta de governo e da conta de gestão.....	387
13 O procedimento da AIRC.....	388
13.1 A petição inicial e os meios de provas.....	388
13.2 A contestação	389
13.3 A produção de provas.....	389
13.4 A oitiva das testemunhas.....	390
13.5 Das diligências	390

13.6 A coleta de provas.....	390
13.7 As alegações finais.....	391
13.7.1 Julgamento antecipado da lide:	391
13.8 A sentença.....	391
13.9 O princípio supra da celeridade processual e a AIRC.....	392
13.10 A data final para que todos os registros sejam julgados	392
13.11 Os honorários advocatícios em sede de AIRC.....	392
13.12 A apreciação das provas	392
13.13 O prazo recursal.....	393
13.14 A contagem do prazo recursal diferenciada	393
13.15 A ilegitimidade do partido que não impugnou o registro de candidato para recorrer da sentença que o deferiu.....	394
13.16 As contrarrazões	394
13.17 A intervenção do procurador	395
13.18 O julgamento no tribunal	395
13.19 O recurso para o TSE	395
13.20 O recurso para o STF.....	396
14 Observações didáticas	396
14.1 Análise de Casos Práticos de Elegibilidades e Inelegibilidades.....	398
14.2 Esquema didático do rito da AIRC	424
14.3 Check - list do pedido de registro de candidatura para ser usado por candidatos, membros do Ministério Público Eleitoral e juizes eleitorais. "Modelo confeccionado pelo doutrinador Rodrigo Lopez Zílio, Promotor de Justiça coordenador do CAEL do Ministério Público do Rio Grande do Sul"	429

CAPÍTULO 11

Teoria e Prática da AIJE(Ação de Investigação Judicial Eleitoral)..... 443

1 AIJE – Ação de Investigação Judicial Eleitoral.....	443
1.1 A importância da AIJE	443
1.1.1 Conceito e objetos jurídicos tutelados	443
1.2 Para que serve a AIJE.....	444
1.3 Extinção pela inadequação processual da via eleita.....	450
1.4 Atos que “caracterizam abuso de poder político, segundo o TSE”	451
1.4.1 Atos que “caracterizam abuso de poder econômico, segundo o TSE”	453
1.4.2 Casuística acerca da utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social em benefício de candidato ou de partido político, segundo o TSE”	454

1.5	Previsão legal da AIJE	456
1.6	Natureza jurídica da AIJE.....	456
1.7	Legitimidade ativa da AIJE	457
1.7.1	Teoria eleitoral da parte conglobante	457
1.7.1.1	Perquirição de aspectos psicológicos do autor.....	457
1.7.1.2	Análise do eleitor como agente ativo da AIJE.....	458
1.7.2	Análise da possibilidade da formação de litisconsórcio ativo.....	458
1.7.2.1	Litisconsórcio ativo e prazo em dobro	458
1.7.3	Análise da possibilidade de o partido coligado ajuizar investigação judicial eleitoral.....	458
1.7.4	Análise da possibilidade de um candidato à eleição proporcional impugnar candidato da eleição majoritária.	460
1.7.4.1	Análise da possibilidade de um candidato a Vice-Prefeito ou vice-governador impugnar candidatura sozinho.	461
1.7.5	Análise de um partido político que não esteja participando de um pleito eleitoral propor a AIJE	461
1.7.6	Análise de uma coligação formada para eleição majoritária impugnar candidatos da eleição proporcional.....	461
1.7.7	Análise da possibilidade do ajuizamento pela coligação de uma AIJE sem a anuência de um dos partidos integrantes da composição.....	461
1.7.8	Análise da possibilidade do ajuizamento pela coligação de uma AIJE após a diplomação	462
1.7.9	Análise da possibilidade de um partido político prosseguir com a ação proposta por uma coligação que foi extinta	462
1.7.10	Requisitos para que um pré-candidato possa propor a AIJE.....	463
1.7.11	Limitação a circunscrição	464
1.7.12	Análise da possibilidade de desistência e consequente assunção da titularidade pelo Ministério Público.....	465
1.8	Legitimidade passiva da AIJE	466
1.8.1	Legitimidade passiva e a possibilidade de formação do litisconsórcio passivo necessário.....	468
1.9	Prazo para interposição da AIJE.....	474
1.9.1	Prazo inicial.....	474
1.9.1.1	Procedimento preparatório eleitoral (PPE)	481
1.9.2	O prazo final.....	483
1.10	Competência para julgar a AIJE.....	485
1.10.1	Competência e foro por prerrogativa de função.....	485

1.11 Dos efeitos da AIJE julgada procedente.....	486
1.11.1 Efeitos principais:	486
1.11.2 Efeito secundário:.....	488
2 A AIJE e as sanções diferentes do pedido	489
3 AIJE e a exigência de provas <i>inconcussas</i>	489
4 AIJE e a formação da convicção do juiz pela livre apreciação dos fatos públicos e notórios ..	489
5 A impossibilidade do efeito da procedência da AIJE ser somente a inelegibilidade.....	489
5.1 Dos efeitos dos recursos interpostos da sentença que julga a AIJE.....	490
5.1.1 Efeito do recurso que julga a AIJE quando esta é usada para apurar uso indevido, desvio ou abuso do poder econômico ou do poder de autoridade, ou utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social, em benefício de candidato ou de partido político.....	490
5.1.2 Efeito do recurso que julga a AIJE quando ela é usada para o combate à captação ilícita de votos	490
5.1.3 Efeito do recurso que julga a AIJE quando ela é usada para o combate às condutas vedadas aos agentes públicos.....	491
5.2 O procedimento da AIJE	491
5.2.1 Interposição da AIJE através dos legitimados	491
5.2.2 Petição inicial	491
5.2.2.1 Requisitos:	491
5.2.2.2 Direção	491
5.2.2.3 Número de cópia:.....	492
5.2.2.4 Valor da causa:	492
5.2.2.5 Rol de testemunhas:.....	492
5.2.2.6 Demonstração do lastro probatório mínimo:.....	493
5.2.2.7 Capacidade postulatória	493
5.2.2.8 Procuração do advogado.....	493
5.2.2.9 Ausência de procuração	494
5.2.2.10 Indeferimento liminar da exordial.....	495
5.2.2.11 Recurso do indeferimento liminar da exordial.....	495
5.2.2.11.1 Da improcedência liminar do pedido.....	496
5.2.2.11.2 Concessão de pedido liminar.....	496
5.2.3 Atividades do corregedor, que terá as mesmas atribuições do relator em processos judiciais, ou do juiz eleitoral, ao despachar a inicial.....	497
5.2.4 No caso de o corregedor indeferir a reclamação ou representação, ou retardar-lhe a solução, poderá o interessado renová-la perante o Tribunal, que resolverá dentro de 24 horas.....	497

5.2.5 O interessado, quando não for atendido ou ocorrer demora, poderá levar o fato ao conhecimento do Tribunal Superior Eleitoral, a fim de que sejam tomadas as providências necessárias.....	498
5.2.6 Feita a citação, a Secretaria do Tribunal juntará aos autos cópia autêntica do ofício endereçado ao representado, bem como a prova da entrega ou da sua recusa em aceitá-lo ou dar recibo.	498
5.2.7 Findo o prazo da citação, com ou sem defesa, abrir-se-á prazo de cinco dias para inquirição, em uma só assentada, de testemunhas arroladas pelo representante e pelo representado, até o máximo de seis para cada um, as quais comparecerão, independentemente de intimação.....	499
5.2.7.1 AAIJE e a potencialidade lesiva	502
5.2.7.2 Honorários advocatícios	502
5.2.7.3 Análise da possibilidade de aplicação da <i>emendatio libelli</i> em sede de AIJE	503
5.2.7.4 AAIJE e o julgamento antecipado da lide.....	503
5.2.7.5 A prova pré-constituída na AIJE.....	504
5.2.7.6 Provas não admissíveis da AIJE.....	504
5.2.7.7 Decisões interlocutórias tomadas no curso da AIJE.....	505
5.2.7.8 Crime eleitoral na arguição de inelegibilidade de má-fé	506
5.2.7.9 Falso testemunho em sede de AIJE	506
5.2.7.10 AAIJE e o <i>amicus curiae</i>	506
5.2.7.11 AAIJE e os recursos	507

CAPÍTULO 12

Teoria e Prática da ARCONVE – (Ação de Reclamação das Condutas Vedadas aos Agentes Públicos em Campanhas Eleitorais)	513
1 As condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais.....	514
2 AARCONVE e as sanções diferentes do pedido	537
3 AARCONVE e a exigência de provas <i>inconcussas</i>	537
4 ARCONVE e a formação da convicção do juiz pela livre apreciação dos fatos públicos e notórios.....	537
5 Da legitimidade	537
5.1 Legitimidade ativa da ARCONVE.....	537
5.2 Legitimidade passiva da ARCONVE	537
6 O prazo para interposição de uma ARCONVE.....	538
6.1 O prazo inicial e o incidente do RO/PA n. 748	538
6.2 O prazo final	539

6.2.1 Teoria do armazenamento tático de indícios.....	540
7 Análise da possibilidade de exigência de prova pré-constituída	541
8 Análise da possibilidade de exigência de potencialidade do dano.....	541
9 Análise da necessidade da realização de novas eleições.....	542
10 Análise da possibilidade de o prefeito reeleito e cassado por conduta vedada poder concorrer ao cargo na eleição subsequente	542
11 Competência para julgar a ARCONVE	542
12 O procedimento da ARCONVE	542
13 Análise da possibilidade de existência de litisconsórcio passivo entre o titular e o vice na eleição majoritária	543
14 Análise da possibilidade de existência de litisconsórcio passivo entre o candidato e partido.....	544
14.1 Análise da possibilidade de existência de litisconsórcio passivo entre agente público responsável pela conduta vedada e o candidato beneficiário.....	544
15 Análise da capacidade postulatória.....	544
16 O prazo do recurso em sede de ARCONVE	544
17 Dos recursos	545
18 O efeito da decisão em sede de ARCONVE	545
19 O conceito de agente público	546
20 As consequências práticas do descumprimento das vedações	547
20.1 Quando as condutas vedadas podem causar inelegibilidade	547
20.2 A sanção e o princípio da proporcionalidade.....	548
20.3 As condutas vedadas e o abuso de poder (de autoridade ou político)	549
20.4 O reflexo na Lei de Improbidade	549

CAPÍTULO 13

Teoria e Prática da ARCISU – Ação de Reclamação por Captação Irregular de Sufrágio ... 551

1 Para que serve a ARCISU.....	552
2 Os requisitos da ARCISU	553
2.1 A distinção entre “boca de urna” e captação de sufrágio	555
3 Previsão legal da ARCISU.....	555
4 Legitimidade ativa da ARCISU	555
5 Legitimidade passiva da ARCISU.....	556
5.1 O cabo eleitoral	556
6 A teoria da autoria eleitoral mediata	557
7 Prazo para interposição da ARCISU	558

7.1 Prazo inicial	558
7.2 Prazo final	561
8 Competência para julgar a ARCISU	562
9 Efeito da procedência da ARCISU	562
9.1 A teoria da dupla imputação eleitoral/penal.....	562
9.2 A ARCISU e as sanções diferentes do pedido	568
9.3 ARCISU e a exigência de provas <i>inconcussas</i>	568
9.4 ARCISU e a formação da convicção do juiz pela livre apreciação dos fatos públicos e notórios	568
10 O prazo recursal.....	568
10.1 O efeito do recurso interposto.....	569
10.2 A hipótese do efeito suspensivo	569
11 A constitucionalidade da sanção.....	570
12 Procedimento da ARCISU	570
13 Potencialidade lesiva e gravidade do fato	570
14 Análise da possibilidade de existência de litisconsórcio passivo na eleição majoritária	571
15 As promessas de campanha	572
16 Outras ações que podem ser usadas para combater a captação ilegal de sufrágio.....	572
17 Impossibilidade de a captação irregular de sufrágio ser apurada na AIRC.....	573
18 A teoria dos frutos da árvore envenenada na unicidade da chapa.....	573
19 Análise da possibilidade de desistência da ARCISU	574
20 Análise da capacidade postulatória	574
21 Dos recursos	574

CAPÍTULO 14

Teoria e Prática da Ardi – Ação de Reclamação às Doações Irregulares..... 575

1 Aspectos práticos relevantes da Ardi – Ação de Reclamação às Doações Irregulares	575
1.1 Para que serve a Ardi (Ação de Reclamação às Doações Irregulares).....	575
1.2 Previsão legal da Ardi (Ação de Reclamação às Doações Irregulares).....	575
1.3 Regulamentação das doações às pessoas físicas:	575
1.4 Legitimidade ativa da Ardi (Ação de Reclamação às Doações Irregulares)	577
1.5 Legitimidade passiva da Ardi (Ação de Reclamação às Doações Irregulares).....	578
1.6 Prazo para interposição da Ardi (Ação de Reclamação às Doações Irregulares)	578
1.6.1 Prazo inicial.....	578
1.6.2 O prazo final.....	578
1.7 Competência para julgar a Ardi (Ação de Reclamação às Doações Irregulares)	578

1.8 O procedimento da Ardi (Ação de Reclamação às Doações Irregulares).....	579
1.9 Peculiaridades atinentes às doações	579
1.10 Consequência da procedência da Ardi (Ação de Reclamação às Doações Irregulares)	581
1.11 Doação acima do limite legal e o princípio da insignificância	581

CAPÍTULO 15

Teoria e Prática da ARAGI – Ação de Reclamação por Arrecadação e Gastos Ilícitos

1 Para que serve a ARAGI	583
1.1 Disposições gerais sobre o limite de gastos nas eleições de 2020	583
2 Previsão legal da ARAGI	585
3 Legitimidade ativa da ARAGI.....	585
4 Legitimidade passiva da ARAGI.....	586
5 Prazo para interposição da ARAGI.....	586
5.1 Do prazo inicial:.....	586
5.2 Do prazo final:	588
6 Competência para julgar a ARAGI	588
7 O procedimento da ARAGI.....	589
8 As sanções	589
9 Prazo recursal	591
10 Efeitos do Recurso	591
11 A ARAGI <i>versus</i> o RCD (Recurso contra a diplomação)	592
12 A possibilidade da alteração do limite de gastos dos candidatos.....	592
13 Análise da capacidade postulatória	593
14 Dos recursos	593

CAPÍTULO 16

Teoria e Prática da AIME – Ação de Impugnação de Mandato Eletivo.....

1 Para que serve a AIME.....	595
2 Previsão legal da AIME	600
3 O bem tutelado na AIME	600
4 Critérios de aferição da influência do abuso de poder, corrupção ou fraude	601
5 A AIME e o segredo de justiça.....	601
6 Legitimidade ativa da AIME	602
7 Legitimidade passiva da AIME	604
7.1 Análise da possibilidade de existência de litisconsórcio passivo necessário entre o titular e o vice na eleição majoritária.....	605

7.2 Um macete de ordem prática.....	606
7.3 Análise da possibilidade de existência de litisconsórcio passivo entre os candidatos e o partido.....	607
7.4 Análise da possibilidade de existência de litisconsórcio passivo do partido na eleição proporcional.....	607
8 Do prazo.....	608
9 Competência para julgar.....	609
10 Efeito do julgamento da AIME.....	610
11 A procedência da ação e a análise do elemento subjetivo.....	614
12 Do procedimento da AIME.....	615
12.1 A AIME e a prova pré-constituída.....	616
12.2 A AIME e a prova emprestada.....	616
13 A AIME e as sanções diferentes do pedido.....	617
13.1 AIME e a exigência de provas <i>inconcussas</i>	617
13.2 AIME e a formação da convicção do juiz pela livre apreciação dos fatos públicos e notórios.....	617
13.3 Prolação da sentença.....	617
14 A AIME à potencialidade lesiva da conduta.....	618
15 Análise da possibilidade de existir litispendência entre AIJE e AIME.....	619
16 Análise recursal da AIME.....	621
16.1 Efeito recursal.....	622
17 Análise da necessidade de interposição de recurso <i>ex officio</i>	623
18 Análise da possibilidade de desistência da AIME.....	624
19 Análise da possibilidade do arbitramento de honorários de advogado.....	626
20 A tutela antecipada em sede de AIME.....	627
21 Julgamento antecipado da lide em sede de AIME.....	627
22 Réplica e reconvenção.....	627
23 Duração razoável do processo.....	628
24 Exemplos de AIME julgada procedente na jurisprudência do TSE.....	628
25 Exemplos de AIME julgada improcedente na jurisprudência do TSE.....	629

CAPÍTULO 17

Teoria e Prática da AIDI – Ação de Impugnação da Diplomação.....	631
1 Natureza jurídica da AIDI.....	631
2 Previsão Legal.....	631
3 Cabimento e espécies de AIDI.....	632

3.1 Inelegibilidade superveniente ao registro de candidatura;	633
3.1.1 Divisão da inelegibilidade infraconstitucional:.....	633
3.2 Inelegibilidade de natureza constitucional;.....	636
3.3 Falta de condição de elegibilidade.	636
3.3.1 Elegibilidade.....	636
3.3.2 Condições de elegibilidade	636
3.3.3 Análise da possibilidade de o juiz indeferir a diplomação <i>ex officio</i>	641
3.3.4 Taxatividade da ação de impugnação da diplomação	642
3.3.5 Legitimidade ativa da AIDI	643
3.3.6 Legitimidade passiva da AIDI.....	644
3.3.7 Prazo para interposição	644
3.3.8 Competência para julgar.....	645
3.3.9 O que causa a procedência da AIDI	646
3.3.9.1 A AIDI e as sanções diferentes do pedido	647
3.3.9.2 AIDI e a exigência de provas <i>inconcussas</i>	647
3.3.9.3 AIDI e a formação da convicção do juiz pela livre apreciação dos fatos públicos e notórios.....	647
3.3.10 O efeito da AIDI.....	647
3.3.11 A AIDI e o juízo de retratação.....	648
3.3.12 Análise da possibilidade de existência de litisconsórcio passivo necessário en- tre o titular diplomado e o vice na eleição majoritária.....	648
3.3.13 Análise da possibilidade de existência de litisconsórcio passivo necessário en- tre o titular diplomado e o seu partido.....	649
3.3.14 Análise da possibilidade de desistência da AIDI	649
3.3.15 Litispendência/Continência	650
3.3.16 Recursos da AIDI	650
3.3.17 Do Procedimento	651
3.3.18 Observações didáticas importantes	655

CAPÍTULO 18

Aspectos práticos dos dias que antecedem as eleições.....	657
--	------------

CAPÍTULO 19

Prática da desincompatibilização: eleições 2020	671
--	------------

Introdução.....	671
Breves noções didáticas:.....	672

Conceito:	672
Os princípios estruturantes da desincompatibilização	672
O escopo das regras da desincompatibilização	674
Consequências.....	674
Tipos de prazos	675
Os prazos de desincompatibilização	675

CAPÍTULO 20

Prisões no período eleitoral.....	701
--	------------

CAPÍTULO 21

Prática da diplomação dos candidatos eleitos	705
---	------------

REFERÊNCIAS.....	711
-------------------------	------------

ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO	715
--	------------